

**LÍNGUAS AFRICANAS NO BRASIL: CONSTRUÇÃO DE
IDENTIDADE NO TEMPO E NO ESPAÇO**
**AFRICAN LANGUAGES IN BRAZIL: IDENTITY CONSTRUCTION
IN TIME AND SPACE**

Jocyare Cristina Pereira de Souza¹

Período de recebimento dos textos: 15/01/2015 a 01/05/2015.

Data de aceite: 29/05/2015.

Resumo: Considerando o dispositivo teórico formulado por Guimarães (2005), o presente artigo propõe-se a refletir sobre a contribuição africana para o dinamismo da língua portuguesa no Brasil. Ao particularizar a contribuição africana, objetivamos compreender o deslocamento de sentido da palavra ‘quilombo’ ao longo da história. Nossas análises em torno do processo de ressignificação do conceito de “quilombo” – ou, em uma tomada mais antropológica, sua “ressemantização”- se instauram como forma de estabelecer uma discussão acerca da Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira.

Palavras-chave: discurso; ensino; cultura; identidade.

Abstract: Considering the theoretical method developed by Guimarães (2005), this paper aims to reflect on the African contribution in the dynamics of the Portuguese language in Brazil. Particularizing the African contribution, we aim to understand the shifting of meaning of the word “quilombo”, (a Brazilian hinterland settlement founded by people of African origin) throughout the history. The analysis, around the process of reframing the concept of “quilombo”, or, in a more anthropological taken, its “resemantization”, is established as a way to discuss the Brazilian Law 10,639/03. This act requires the teaching of African-Brazilian history and African culture in Brazilian schools, as a way to highlight the importance of black culture in formation of Brazilian society.

Keywords: discourse; teaching; culture; identity.

¹ Docente na Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR), jocyol5@hotmail.com

Introdução

Ao considerarmos o dinamismo da língua como forma de construção identitária, estabelecemos uma relação da língua com um falante que se apresenta como sujeito político e social da enunciação. O estudo do léxico de matrizes africanas, dentro dessa concepção, deve ser entendido enquanto prática política em que a construção do espaço enunciativo se dá pelo confronto de sujeitos, saberes, políticas, identidades, silenciamentos, esquecimentos.

Quase 200 línguas eram faladas nas regiões da África onde se buscavam os negros que seriam escravizados no Brasil. Os negros trazidos para o Brasil pertenciam a três grandes grupos culturais: sudaneses (Iorubá, Daomé, Fanti-Achanti e grupos menores da Gâmbia, Serra Leoa, Costa da Malagueta e Costa do Marfim); os islamizados (Fula, Mandinga e Hauçás), do Norte da Nigéria; as tribos Banto, de Angola e Moçambique. Para evitar que se comunicassem entre si e pudessem formar núcleos solidários, os negros de uma mesma etnia e língua eram separados, tanto nos navios negreiros quanto nas propriedades em que trabalhavam. Isso dificultou a retenção do patrimônio cultural africano.

Contudo, na maioria das vezes, os documentos impedem a identificação da língua utilizada nas cerimônias, registrando apenas tratar-se de ‘língua que ninguém entendia’, deduzindo daí sua origem africana. O ritual do Acotundá, praticado no arraial de Paracatu, nas Gerais de meados do século XVIII, é uma exceção à regra: nos documentos consta o uso da *língua de Courá*, pertencente ao grupo linguístico iorubá (VILLALTA, 1997).

Assim, não faz sentido pensar que os muitos milhares de negros escravos que ajudaram a construir as bases econômicas do Brasil falavam uma só língua. Ainda hoje, no Brasil, inúmeros dialetos de origem banto são falados

em comunidades negras rurais. Também se fala uma língua de base ewé-fon, a língua dos escravos que trabalhavam nas minas de ouro (Minas Gerais e Goiás) e na lavoura de tabaco (Bahia). Há, inclusive, registro de uma língua geral de mina, feito em 1724 por Antônio da Costa Peixoto e publicado em 1945 em Lisboa. Esse registro é considerado o documento linguístico mais importante do tempo da escravidão no Brasil.

No século passado, o nagô era falado pela população negra da cidade de Salvador, e o iorubá era ensinado por negros a outros negros da Bahia. Isso significa que, se foram trazidos povos africanos para o Brasil, com eles veio também sua língua, e que o fato de o português ter sido imposto como língua oficial, nos idos de 1758 pelo Marquês de Pombal, não significou necessariamente a extinção das outras línguas aqui existentes. Se considerarmos que a população africana ou afro-brasileira excedia em muito a população de origem europeia ou, em determinado momento, a indígena, é compreensível que haja uma presença significativa de palavras de origem africana na língua portuguesa do Brasil. São palavras de origem banto – exemplificamos, *bagunça, cachimbo, moleque*; de origem ioruba – exemplificamos, *afoxé, iemanjá, ogum*; de origem ewé-fon – exemplificamos, *angu, bobó, vodum* (VILLALTA, 1997).

Os negros, porém, ao longo de todo o período colonial, tentaram superar a diversidade de culturas que os dividia, juntando fragmentos dessas mediante procedimentos diversos, entre eles a formação de quilombos e a realização de batuques e calundus. Um dos elementos integrantes das identidades étnicas, as línguas africanas emergiam nesses rituais. É nosso objetivo evidenciar o quanto um grupo lexical é capaz de reproduzir uma sociedade no tempo e no espaço; faremos, portanto, uma análise mais detalhada da palavra quilombo, observaremos o deslocamento de sentido da

palavra quilombo – ou, em uma tomada mais antropológica, sua ‘ressemantização’. A polissemia do conceito de quilombo suscita um questionamento constante na esfera de disputa da titulação sobre o que são de fato as comunidades quilombolas.

1. A ressignificação do conceito de quilombo

Quilombo - um nome repleto de sentidos.

Afinal, são as comunidades patrimônio cultural? Perguntam-se estudiosos e Instituições ligadas ao Patrimônio Nacional. São focos de resistência e, portanto, da luta anti-racista? Perguntam os movimentos sociais negros. São objetos de Políticas Públicas e de Direitos Sociais? Debatem legisladores e gestores. E os antropólogos a questionar: Quem são esses novos sujeitos sociais? Que identidade étnica é esta? Isso é etnogênese, sujeitos construindo sua própria história? (RODRIGUES, 2006, p. 35)

A palavra *quilombo* foi associando, ao longo da história, sentidos vários que se confrontam nessa arena de disputas pela regularização dos territórios negros, no contexto atual em que a titulação passa a ser um direito das populações negras que ocupam suas terras. No caso da condição quilombola, esses conflitos emergem na linguagem ao refletir os confrontos sociais entre os atores envolvidos nessa disputa.

A palavra *quilombo* ou *calhambo* tem sua origem na língua banta, e significava inicialmente acampamento ou fortaleza. O povo banto se localiza nas regiões sul, sudoeste e sudeste da África. A palavra foi usada pelos portugueses para denominar as povoações construídas por escravos fugidos. O termo também pode ser atribuído à ‘casa’ ou ‘refúgio’. Durante os períodos colonial e imperial, vários quilombos ou comunidades negras se formaram com a fuga de escravos que se rebelaram contra a ordem escravista. Havia diferentes formas de quilombos: desde pequenos grupos itinerantes que viviam de assaltos nas estradas e fazendas até complexas estruturas de vilarejos, como o

Quilombo de Palmares no nordeste brasileiro e o *Quilombo do Ambrósio* (Leite, 1999).

Já podemos conceber uma ressignificação do conceito histórico de *quilombo*, quando as terras não existem enquanto um refúgio de escravizados, mas sim foram doadas por meio de um testamento a esses moradores que se tornaram livres pelo mesmo documento que lhes legou as terras. Dentro desse jogo de disputas pela própria definição do que é quilombo, os sujeitos, ao se autoafirmarem quilombolas, inserem-se em um cenário junto a outros atores. Ao mesmo tempo, essa polissemia do termo revela diferentes valores que estão em diálogo. O signo quilombo, como já dito, tem origem em línguas bantas, quimbundo e umbundo, das quais o português brasileiro possui muitos empréstimos. Originalmente, significando um lugar de pouso utilizado por populações nômades, passou a designar também os acampamentos das caravanas que faziam o comércio de cera, escravos e outros itens cobiçados pelos colonizadores. Essa palavra, que no espanhol ganhou sentidos como *prostíbulo* ou *bagunça*, no Brasil, passou a significar comunidade, agrupamento ou refúgio. E, atualmente, está mais próximo apenas dos dois primeiros sentidos, abrangendo a noção de resistência. Esse movimento semântico do termo mostra como ele varia no tempo e no espaço: variações que trazem sérias implicações para a titulação quilombola tendo em vista que o Estado tem dificuldade de dialogar com as mudanças que ocorrem nesses diferentes sentidos.

Historicizando o conceito de quilombo, Almeida (2002) aponta que a primeira referência à palavra quilombo ocorreu ainda no período colonial, mais especificamente em uma resposta do Conselho Ultramarino ao rei de Portugal. Nesse documento, era definido como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos

levantados, nem se achem pilões neles” (ibid, p. 47). Este é um dos sentidos que ficou muito marcado na historiografia brasileira do século XVIII até os dias atuais. Por outro lado, sua imagem era reconhecida como um espaço de resistência negra durante a escravidão ou refúgio de escravos, desde o século XVII. Com a (re)emergência do Movimento Negro, em fins dos anos 70, essa imagem foi retomada e reificada como um *locus* de organização, coletividade e resistência negra. Ressignificado pelo movimento social ao longo do século XX, o Quilombo dos Palmares (entre os estados de Alagoas e Pernambuco) tornou-se o expoente máximo dessa resistência. Nas palavras de Abdias do Nascimento, no manifesto Quilombismo (NASCIMENTO, 1980), o quilombo era uma realidade da qual nasceu uma necessidade urgente do negro de “defender sua sobrevivência e de assegurar a sua existência de ser” (p. 255). Para ele, “os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga ao cativo e da organização de uma sociedade livre” (p. 255).

A Constituição Federal brasileira de 1988, justamente cem anos após a data oficial de abolição da escravatura, incorporou, pela primeira vez, demandas de sua população negra, dentre as quais estavam a regularização e a titulação de territórios ocupados por comunidades quilombolas, também conhecidas como *mocambos* ou *terras de preto*.

Como vemos, a metáfora do quilombo como um espaço de resistência está muito vinculada à luta por direitos da população negra. Essa relação ampliou a discussão sobre racismo e desigualdade racial dos Movimentos Negros para situá-la na relação entre raça e território. Raça, aqui, como define Hall, é entendida como “uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo” (2003, p. 66), sem estar

assentada em base biológica. A relação entre o movimento negro e a luta quilombola é marcada pela aproximação, destaca Rodrigues (2006), e está inserida em um intrincado jogo de relações de poder que operam no pleito de reconhecimento étnico e territorial dessas comunidades. Aproximação que se intensificou e se ampliou no seio das reivindicações na Marcha Zumbi.

Nas décadas de 1980 e 1990, houve um aumento de estudos sobre comunidades negras no meio acadêmico. Os estudos dessa época enfocavam o campesinato negro e suas especificidades, como suas formas de uso comum da terra (GUSMÃO, 1996) e a possibilidade de um português crioulo baseado em línguas africanas (VOGT; FRY, 1996), referindo-se aos grupos como comunidades negras rurais, terras de preto ou comunidades negras urbanas. A partir de 1988, com a publicação do artigo 68, inicia-se uma consolidação do nome comunidades remanescentes de quilombos ou comunidades quilombolas nas investigações que as tinham como foco de estudo.

Partindo dessa percepção, na qual as concepções do termo que foram sendo constituídas na história estão em diálogo, busca-se voltar a atenção para as experiências singulares e invisibilizadas de reexistência e resistência da população negra. Além disso, essa compreensão de quilombo permite entender algumas ressignificações do conceito de quilombo a partir de uma perspectiva afirmativa da identidade negra.

Dessa forma, no debate antropológico sobre quilombo, o conceito se ressignificou, deixando de ser entendido como um resquício dos antigos quilombos para ser entendido dentro do campo da etnicidade. Nessa nova compreensão, Almeida (2002) realinha as comunidades quilombolas ao lado de outros grupos sociais – ou as novas etnias - que reivindicam seus direitos pelo uso comum da terra e aponta que o conceito de remanescentes de quilombos deve ser entendido no marco de uma unidade social baseada em

novas solidariedades, a qual está sendo construída a partir de “formas de resistência que se consolidaram historicamente” e do advento de uma existência coletiva capaz de se impor às estruturas de poder que regem a vida social (ibid, p. 79). Para o autor, a compreensão desses grupos apenas a partir do conceito de resquícios dos antigos refúgios de escravos os aprisiona a uma origem pura e estática. Ao contrário, para entendê-los é relevante dialogar com a forma “como esses grupos se definem e o que praticam” (ibid, p. 78) atualmente. O que o autor não questiona é que nas disputas que estão em jogo na esfera quilombola, a palavra quilombo se refrata em distintos sentidos que estão em luta nesta arena, na qual o conceito que subjaz a própria autodefinição dos quilombolas também é refratado em várias concepções.

2 Eis o que nos revelam os nomes do quilombo

A análise mais detalhada da palavra quilombo permitiu-nos observar o quanto o conceito polissêmico de quilombo suscita um questionamento constante na esfera de disputa da titulação sobre o que são de fato as comunidades quilombolas.

O deslocamento de sentido da palavra quilombo desde a sua concepção inicial - acampamento ou fortaleza para o que tem sido nos últimos anos, mostra-nos que a definição do que vem a ser uma comunidade quilombola tem sido objeto de debate em todos os âmbitos da vida política. Trata-se de uma questão crucial para essas comunidades, pois envolve a sua forma de organização interna, o acesso ao território – que até hoje é um direito não regularizado – e o alcance de benefícios sociais especificamente direcionados aos quilombolas.

É nesse lugar que se instauram questões que nos possibilitam novos questionamentos, logo outros estudos. Assim, considerando a perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento de Eduardo Guimarães (2005),

propomos analisar os efeitos de sentido da nomeação tomada como um fenômeno histórico. Além do processo de resignificação do conceito de ‘quilombo’, propõe-se uma análise dos processos interdiscursivos de trocas culturais, considerando o desenvolvimento constitutivo que marca o espaço de enunciação das designações de nomes que denotam a relação que as comunidades quilombolas de Cascalho, Martinho Campos e Quebra-pé, localizadas em Três Pontas-MG, estabelecem com as novas tecnologias, enfocando o acontecimento enunciativo em sua historicidade. Esperamos, considerando análise morfossintática e funcionamento semântico-enunciativo do *corpus* – nomes que remetem à ancestralidade africana / nomes que remetem às ferramentas de novas tecnologias - evidenciar qual é a cor da cultura presente hoje nas comunidades quilombolas de Cascalho, Martinho Campos e Quebra-pé. Há, dentro dessa perspectiva, “uma relação da língua com um falante que se apresenta como sujeito político e social da enunciação” (GUIMARÃES, 1995, p. 16).

A Semântica do Acontecimento propõe, portanto, correlacionar a enunciação, enquanto um acontecimento de natureza histórico-social, com a língua; o enunciado, nessa concepção, se constitui como elemento de uma prática social, em que os sentidos são determinados pelas distintas posições-sujeito ocupadas pelo indivíduo e caracterizadas histórica e socialmente no acontecimento enunciativo. Desse modo “a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência” (Guimarães, 1995, p. 66); a significação é, portanto, histórica, não no sentido cronológico, historiográfico, em que os fatos significam um acontecimento social, determinados apenas no tempo, constituindo um fato sempre único e irrepetível, mas no sentido de que a história é constituída do presente da enunciação; para Guimarães (1999), o

acontecimento histórico não está num presente de um antes e de um depois no tempo.

Assim, ao decidir compreender como a circularidade com que nomes que remetem às novas tecnologias/tecnologias tradicionais se dá entre os habitantes dessas comunidades quilombolas, procuramos compreender o processo designativo revelado por uma história que buscamos ler e interpretar, não de qualquer lugar, como um simples relato factual, mas como um processo discursivo, cuja interpretação far-se-á a partir da construção do próprio corpus (nomes que designam ferramentas utilizadas pelas novas tecnologias/tecnologias tradicionais) que traz em sua essência princípios fundamentais: a história que, sendo memória, constitui os sujeitos e as línguas no acontecimento de linguagem; “o saber e o político que se constituem marcas de um tempo em que os nomes se revelam como processo de uma narrativa que é, antes de tudo, uma prática política” (GUIMARÃES, 1992, p. 12) em que a construção do espaço enunciativo se dá pelo confronto de sujeitos, saberes, políticas, identidades, silenciamentos, esquecimentos.

Dessa forma, esse artigo apresenta, ainda em fase inicial, o projeto de pesquisa, intitulado CASCALHO, MARTINHO CAMPOS, QUEBRA-PÉ: os nomes enquanto relato da influência tecnológica no cotidiano de comunidades quilombolas da cidade de Três Pontas – MG; e se define como sendo a continuidade de um trabalho a que nos propomos e que pretende examinar a permanência de línguas africanas assim como a relação dessas com outras línguas de contato em quilombos, “espaços históricos de busca de liberdade do africano escravizado, que hoje se transformaram em comunidades quilombolas” (BRASIL, 2010a, p.03); nesse caso prioritariamente trataremos do contato desses falantes com a linguagem tecnológica.

Além do aspecto linguístico já enfocado, o presente projeto de pesquisa evidencia a importância de estudar a cultura afro-brasileira em atendimento à Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. A Lei 10.639/03 (CAVALLEIRO, 2005) propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana; os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas (BERNADINO; GALDINO, 2004).

2.1. CASCALHO, MARTINHO CAMPOS, QUEBRA-PÉ: os nomes revelam a historicidade presente no quilombo

A partir do contato com o dispositivo teórico formulado pela Semântica do Acontecimento, despertamos nosso interesse pelo processo designativo dos nomes comuns / próprios. Entendemos a importância de estudar os processos de designação urbanos e, assim, por meio da formulação de questões sobre as relações sociais urbanas, compreender a questão do nome no processo histórico e social de urbanização. Interessou-nos, particularmente, a questão da inclusão e da exclusão de cidadãos, assim como a distribuição de papéis sociais que se encontra atrelada a uma configuração enunciativa que se dá num espaço de disputa regulado pela palavra. Partimos, pois, do pressuposto de que pensar a nomeação como uma simples forma de classificação é deixar de fora uma série de fatores histórico-sociais que estão presentes na linguagem. Segundo Rancière (1994), um nome não classifica, ele identifica. Um nome, nessa concepção teórica, apresenta-se como um recorte

do mundo, de forma a construir o sentido da coisa existente, o que torna a cultura um modo diferente de identificar e recortar a realidade. “Num acontecimento em que um certo nome funciona, a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas” (Guimarães, 2005, p.27). Não se trata, portanto, de uma relação entre um nome e uma classe de objetos no mundo, mas de um processo histórico de identificação pela construção do sentido que trabalha a constante redivisão do sensível que acompanha o nomear, o referir, o designar.

Dentro dessa perspectiva, propomo-nos a compreender a circularidade com que nomes que remetem às ferramentas de novas tecnologias / tecnologias tradicionais se dá entre os habitantes das comunidades quilombolas de Cascalho, Martinho Campos e Quebra-pé, localizadas em Três Pontas-MG. Procuraremos, assim, por meio de análise dos processos interdiscursivos de trocas culturais, considerando o desenvolvimento constitutivo que marca o espaço de enunciação das designações que denotam a relação que essas comunidades quilombolas estabelecem com as novas tecnologias / tecnologias tradicionais, enfocar o acontecimento enunciativo em sua historicidade, buscando evidenciar em que segmentos da comunidade quilombola os nomes africanos se mantêm e em que segmentos os nomes que remetem às ferramentas de novas tecnologias / tecnologias tradicionais são mais identificados.

Nessa relação entre nomes que designam relação com uma ancestralidade africana e nomes que remetem às novas tecnologias / tecnologias tradicionais, procuraremos compreender o efeito da Mídia enquanto detentora de um certo jogo de conhecimento que institui a noção de cultura - o que é “primitivo e ou profano”, o que é “civilizado e ou sagrado”? - nessas comunidades quilombolas, a fim de constatar entre as gerações mais

velhas e mais novas os efeitos da indústria cultural que ao definir o que é sagrado/culto busca padronizar o sujeito consumidor. Perguntamo-nos:

(1) Nessas comunidades quilombolas há a adesão de ferramentas que remetem às tecnologias tradicionais e às novas tecnologias?

* Se não houver adesão ou essa for relativamente baixa, pensar nas variáveis motivadoras.

(2) Se há a adesão dessas ferramentas que remetem às tecnologias tradicionais e às novas tecnologias, é uma adesão compulsória ou consciente das possibilidades de produção de conhecimento que essas ferramentas podem proporcionar?

(3) Qual é a relação que as gerações mais velhas (acima de 40 anos) estabelecem com essas ferramentas?

(4) Qual é a relação que as gerações mais novas (abaixo de 40 anos) estabelecem com essas ferramentas?

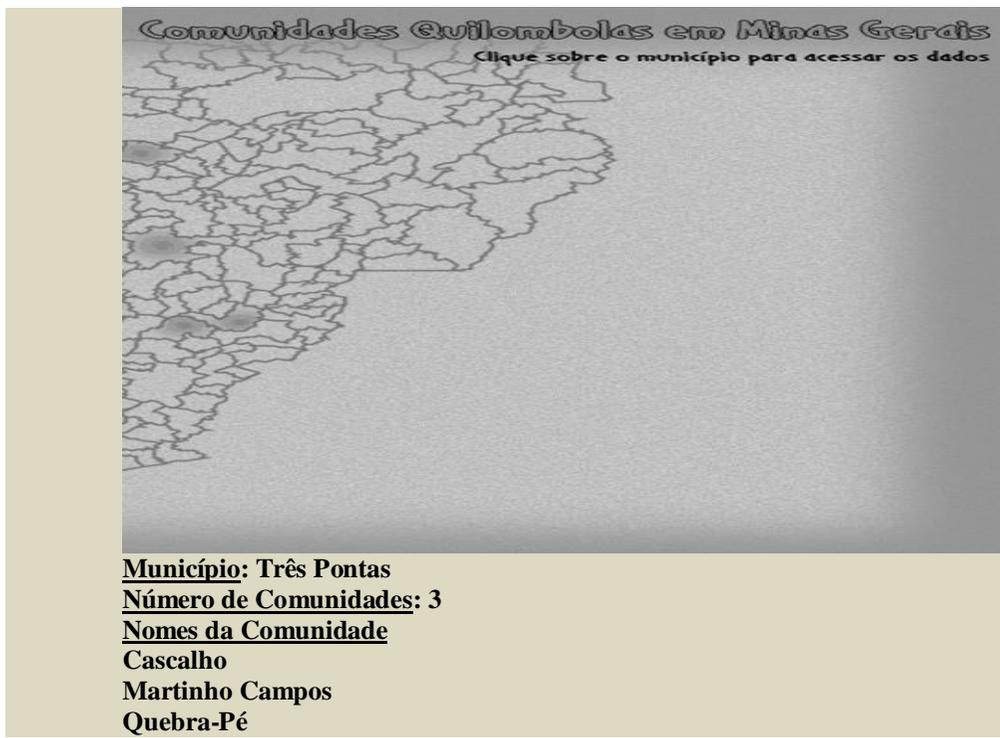
A circularidade com que nomes que remetem às novas tecnologias se dá entre os habitantes das comunidades quilombolas de Cascalho, Martinho Campos e Quebra-pé, localizadas em Três Pontas-MG marca a especificidade que sempre se constitui a partir da “história em que o nome se dá como nome” (Guimarães, 1992, p.16). Partimos, assim, do pressuposto de que designar é fazer significar, é produzir sentido; é considerar que o funcionamento do processo de designação são sentidos produzidos, considerando relações enunciativas e discursivas. Designar é revitalizar a memória, o pré-construído, o já dito em outro lugar que afeta o sujeito da enunciação. Interessa-nos, portanto, entender o que esse processo designativo específico, a que nos propomos analisar, recorta como memorável, uma vez que consideramos que no funcionamento semântico-enunciativo há uma especificidade no nome que está posto enquanto forma de enunciar as práticas sociais, culturais e políticas

dos membros que compõem as comunidades quilombolas de Cascalho, Martinho Campos e Quebra-pé.

2.2. CASCALHO, MARTINHO CAMPOS, QUEBRA-PÉ: o quilombo enquanto objeto de análise

Ao tratarmos do objeto de análise de que propõe esse projeto de pesquisa – a permanência de línguas africanas assim como a relação dessas com outras línguas de contato em comunidades quilombolas identificadas no sul de Minas Gerais (como já enfatizado, esse projeto de pesquisa objetiva prioritariamente tratar do contato desses falantes com a linguagem tecnológica) – localizamos uma diversidade de sites, alguns credenciados pelo governo de Minas Gerais. A seguir uma mostra de sites encontrados.

(1) Mapa interativo apresentando as comunidades quilombolas de MG



Comunidades Quilombolas em Minas Gerais
Clique sobre o município para acessar os dados

Município: Trés Pontas
Número de Comunidades: 3
Nomes da Comunidade
Cascalho
Martinho Campos
Quebra-Pé

Site 1. Disponível em:

http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/mg/mg_mapa_zoom4.html - acesso em 05.11.13

(2) Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais

. Fragmento da Página Inicial

[...] De acordo com o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - Cedefes, existem aproximadamente 400 comunidades quilombolas no Estado de Minas Gerais distribuídas por mais de 155 municípios. As regiões do estado com maior concentração de comunidades quilombolas são a região norte e a nordeste, com destaque nesta última para o Vale do Jequitinhonha.

De acordo com dados apresentados pelo Cedefes, a maior parte das comunidades quilombolas do estado apresenta-se em contexto rural. No entanto, Minas Gerais se destaca pela presença significativa de quilombos em áreas urbanas.

A morosidade do governo em proceder a titulação de suas terras foi a principal razão que motivou as comunidades quilombolas a se unir em busca da garantia de seus direitos. No ano de 2004, elas criaram a N'Golo, a Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais. [...]

Site 2. Disponível em:

http://www.cpis.org.br/comunidades/html/i_brasil_mg.html - acesso em 05.11.2013

(3) Apresentação de hipertexto e hiperlinks: interatividade com o navegador.

MENU PRINCIPAL
Entrada do Quilombo
Quem Somos
Tambores do Quilombo
Artigos Quilombolas
Notícias Quilombolas
Livros Quilombolas
Imagens Quilombolas
Vídeos Quilombolas
Parceiros Quilombolas
Marcas Quilombolas

Mapa Quilombola
Fale Conosco
Eventos Quilombolas
Músicas Quilombolas
Loja Virtual
Busca Avançada

Newsletter
Seja um Quilombola! Cadastre-se e receba nossas novidades!
Medalha Santos Dumont - Ouro 2013
Sex, 11 de Outubro de 2013 01:14

O Pesquisador de História Tarcísio José Martins, por indicação do IHGMG, será mais uma vez – pelo seu trabalho em prol da história do negro em Minas Gerais - agraciado pelo Governo desse Estado, agora com a medalha ouro de Santos Dumont – Estão todos os quilombolas e amigos do MGQUILOMBO convidados para o evento - confira a data e o local no "leia mais".

Site 3. Disponível em: <http://www.mgquilombo.com.br/site/> - Acesso em 05.11.13

(4) Site Informativo

. Fragmento da Página Inicial

[...] A palavra “Quilombo” ou “Calhambo” é de origem Bantu, e significa acampamento ou fortaleza. O povo Banto se localiza nas regiões sul, sudoeste e sudeste da África. A palavra foi usada pelos portugueses para denominar as povoações construídas por escravos fugidos. O termo também pode ser atribuído à “casa” ou “refúgio”. Durante os períodos colonial e imperial, vários quilombos ou comunidades negras se formaram com a fuga de escravos que se rebelara contra a ordem escravista. Havia diferentes formas de quilombos: desde pequenos grupos itinerantes que viviam de assaltos nas estradas e fazendas até complexas estruturas de vilarejos, como o Quilombo de Palmares no nordeste brasileiro e o quilombo do Ambrósio no centro-oeste mineiro. [...]

Site4. Disponível em:

http://www.cedefes.org.br/index.php?p=columnistas_detalhe&id_pro=2 – Acesso em 05.11.2013

Ao interagirmos com esses sites, perguntamo-nos:

(1) Quem é esse sujeito quilombola que se enuncia em todos esses sites?

A resposta nos parece ser a de um sujeito quilombola ideal, ou seja, aquele que possui letramento digital e se relaciona interativamente com os sites e que é capaz de utilizar as ferramentas relacionadas às novas tecnologias para escrever/ler/compartilhar/divulgar sua história.

(2) Quem é o sujeito quilombola que está nas comunidades de Cascalho, Martinho Campos e Quebra-pé?

Hipotetizamos ser o sujeito quilombola real, ou seja, aquele que, em quase maioria, desconhece a existência desses sites, apresenta resistência a qualquer tipo de tecnologia ou, influenciado pela mídia, tem acesso a algumas ferramentas, em limitadas funções.

Para Strangelove (1995), em um mundo tecnológico, há de se integrar cada vez mais tecnologias tradicionais e novas tecnologias às práticas de aquisição de conhecimento; é cada vez mais evidente o potencial dessas ferramentas (eBooks, computadores, internet, celulares, câmeras digitais, e-mails, mensagens instantâneas, banda larga, gps, planilhas eletrônicas e uma infinidade de engenhocas da modernidade) que se bem utilizadas favorecem a exploração dos conteúdos de forma mais interativa. A relação cada vez mais intimista com o texto no formato digital – o hipertexto que, por meio de seus hiperlinks aguça a curiosidade, orienta novos caminhos. "A tecnologia tem um papel importante no desenvolvimento de habilidades para atuar no mundo de hoje", afirma Marcia Padilha Lotito, coordenadora da área de inovação educativa da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a

Ciência e a Cultura (OEI). Nesse contexto, consideramos imprescindível a disseminação das ferramentas que remetem às tecnologias tradicionais e às novas tecnologias como forma de divulgação da cultura africana, sobretudo presente nas comunidades quilombolas, assim como recurso relevante no processo de letramentos grafocêntricos e letramentos hipermidiáticos dos habitantes dos quilombos de Cascalho, Martinho Campos e Quebra-pé, localizadas em Três Pontas-MG.

Considerações finais

Além do aspecto linguístico que se pretende focar, o presente trabalho evidencia a importância de estudar a cultura afro-brasileira em atendimento à Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. A Lei 10.639/03 (CAVALLEIRO, 2005) propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana; os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas. A Lei 10.639/03 que é, inicialmente, uma conquista do avanço de políticas públicas ainda é um paliativo às comunidades quilombolas que são frutos da desigualdade social, do racismo e do processo de exploração e exclusão da população negra no Brasil.

São grupos que vivem tacitamente ou explicitamente o conflito em seus territórios. O direito das comunidades quilombolas em ter uma vida digna está, apenas no papel, não na prática. As comunidades quilombolas vivem, ainda no séc. XXI, uma insegurança alimentar em decorrência da supressão de seu território tradicional. É tempo de mudança e de fazer valer o direito das comunidades quilombolas à cidadania plena. Espera-se que com a aplicação da Lei 10.639/03 que propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana essa realidade possa se alterar (QUEIROZ, 2004, p.17)

Pinto (2006) critica a democratização da escola e, no que se refere à educação quilombola, denuncia a invisibilidade dos saberes desses grupos no currículo escolar. Segundo a autora “o currículo adotado nas escolas dessas populações segue os mesmos padrões estabelecidos pelo sistema formal de ensino. Não considera o modo de vida e as experiências cotidianas dos alunos e demais habitantes das povoações quilombolas” (p. 283). Ressalta ainda a inexistência e/ou ineficácia de políticas voltadas para as escolas em área quilombola. Aliado a isso, o currículo das escolas próximas a comunidades quilombolas também não contempla aspectos da identidade dos sujeitos que ali participam. Como resultado, salienta a autora, essa invisibilidade acarretava dificuldades e evasão escolar.

Assim, como forma de refletir sobre os processos de construção da cultura e sobre o papel fundamental da tecnologia na dimensão da cultura, buscaremos, considerando os estudos propostos, avaliar a presença de traços de línguas africanas, a partir da constatação de nomes que remetem à ancestralidade africana nas comunidades quilombolas de Cascalho, Martinho Campos e Quebra-pé, localizadas em Três Pontas – MG assim como entender a relação que essas comunidades estabelecem com as ferramentas de novas tecnologias e tecnologias tradicionais, a partir da constatação de nomes que remetem às ferramentas de novas tecnologias e tecnologias tradicionais.

Dentro dessa concepção, o presente projeto de pesquisa pauta-se por ser um estudo diacrônico das comunidades quilombolas de Cascalho, Martinho Campos e Quebra-pé, localizadas em Três Pontas – MG, com relevância para a pesquisa quantitativa, uma vez que se estabelecerá análise comparativa que mensurará nomes que remetem à ancestralidade africana / nomes que remetem às ferramentas de novas tecnologias e de tecnologia tradicional; assim como qualitativa, uma vez que, por meio do funcionamento morfossintático e semântico-enunciativo, pretendemos constatar o que os nomes designam, recortam como memorável.

A abordagem às comunidades quilombolas investigadas considerará princípios etnográficos, a coleta de conjunto de dados que comporão o corpus de análise será efetuada por meio de viagens de campo, prioritariamente, para aplicação de questionários e / ou entrevistas aos membros das comunidades, tendo em vista as variáveis idade/nível de escolaridade e abordarão, a princípio, processos de nomeação que remetem ao nome de batismo/aos apelidos (renomeações), às funções sociais ligadas ao trabalho coletivo/familiar, à cultura (música, culinária, dança), ao culto de religiões de matrizes africanas, às questões pessoais como saúde/doenças/cuidados com a aparência – produtos utilizados, à toponímia local, ao reconhecimento de ferramentas ligadas à tecnologia tradicional e às novas tecnologias assim como de suas funções básicas, sobretudo aquelas associadas à produção de conhecimento; o levantamento de dados dar-se-á, também, por meio de pesquisa documental, tendo em vista a análise de atas, livro-caixa, ofícios, livro-tombo, procurações, cartas e afins, livros de receita.

O trabalho com o corpus considerará princípios etnológicos, a sistematização e teorização dos dados dar-se-á por meio de análise morfossintática e semântico-enunciativa dos nomes que o constituem. Todo o

processo de pesquisa será permeado por pesquisa bibliográfica em literatura específica à temática quilombola assim como por pesquisa à literatura científica que sustentará as análises linguísticas do *corpus*.

Ao considerar, além do sistema linguístico (a língua), a discursividade (historicidade da língua), a Semântica do Acontecimento fornece um dispositivo teórico que nos permite analisar o processo designativo que enuncia a circularidade com que nomes que remetem às ferramentas de novas tecnologias/tecnologias tradicionais se dá entre os habitantes das comunidades quilombolas de Cascalho, Martinho Campos e Quebra-pé, localizadas em Três Pontas - MG , em relação aos processos de significação que o constituem, por meio de seus mecanismos de funcionamento. É nesse ponto que podemos convocar os célebres estudos de Eduardo Guimarães (1987) que consideram o nome próprio entrelaçado ao sujeito, à enunciação e à história. Com Guimarães, abrimos novamente os caminhos para considerarmos o que escapa à linguagem, incluindo a dimensão subjetiva e podendo sustentar um estudo dos nomes que contemple tais aspectos. Esperamos, considerando análise morfosintática e funcionamento semântico-enunciativo do corpus – nomes que remetem à ancestralidade africana / nomes que remetem às ferramentas de novas tecnologias / tecnologias tradicionais - evidenciar qual é a cor da cultura presente hoje nas comunidades quilombolas de Cascalho, Martinho Campos e Quebra-pé: a cultura negra está ali hoje [?], sempre esteve [?], nunca esteve [?]; enquanto comunidades quilombolas, entre seus membros há valores comuns que se sustentam em uma cultura singular como se enuncia nos sites credenciados pelo próprio Governo de Minas Gerais que divulgam o cotidiano quilombola?

As comunidades quilombolas são frutos da desigualdade social, do racismo e do processo de exploração e exclusão da população negra no Brasil.

São grupos que vivem tacitamente ou explicitamente o conflito em seus territórios. O direito das comunidades quilombolas em ter uma vida digna está, apenas no papel, não na prática. As comunidades quilombolas vivem, ainda no séc. XXI, uma insegurança alimentar em decorrência da supressão de seu território tradicional. (BRASIL, 2010)

Para Queiroz (2014), é tempo de mudança e de fazer valer o direito das comunidades quilombolas à cidadania plena. Espera-se que com a aplicação da Lei 10.639/03 que propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana essa realidade possa se alterar.

Mediante constatação de que essas comunidades quilombolas ainda precisam de atendimento, buscaremos, considerando resultados evidenciados na pesquisa que aqui se propõe, abrir perspectivas reais de uma discussão em nível escolar. Discussão que, de fato, favoreça as relações que se verificam entre letramentos escolares grafocêntricos e letramentos hipermediáticos relacionados tanto ao uso de ferramentas que remetem às novas tecnologias quanto ao uso de tecnologias tradicionais, propondo projeto de extensão interdisciplinar que possa fomentar e estimular a construção de práticas multiletradas; inicialmente, como se objetiva nesse projeto de pesquisa, nas comunidades quilombolas de Cascalho, Martinho Campo e Quebra-pé e, posteriormente, podendo se estender para demais comunidades quilombolas rurais/urbanas localizadas no sul de Minas Gerais.

Esperamos, então, que os estudos propostos possam resultar em um trabalho que possibilite a essas comunidades a legitimação de valores que desenvolvam, de fato, o senso de pertinência social/cultural.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Os quilombos e as novas etnias. In: O “DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ARRUTI, José Maurício. **A emergência dos “remanescentes”**: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Maná*, 3(2), 1997.

BERNADINO, J.; GALDINO, D. (Org.). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.

BONVINI, E. (2008). Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L; PETTER, M. M. T. (orgs.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, p. 101-144.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Guia de cadastramento de famílias quilombolas. 2ª ed. Brasília: MDS, 2010.

_____. **PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA. Comunidades Quilombolas Brasileiras**. Regularização Fundiária e Políticas Públicas. Presidência da República/Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial/Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. 2010.

CAVALLEIRO, E. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03**. Brasília: Coleção Educação para Todos, 2005.

GARMADI, Juliette. **Introdução à sociolinguística**. Lisboa: Dom Quixote. 1983.

GUIMARÃES, E. **Texto e Argumentação**. 3ª ed. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Terra de Vera Cruz, Brasil**. Rio de Janeiro: Cultura Vozes – 4, 1992.

_____. **Os Limites do Sentido**. Campinas: Pontes, 1995.

_____. **Um Mapa e suas Ruas**. DL/IEL/LABEURB – UNICAMP – Campinas, 1999.

_____. **Semântica do Acontecimento**. 2º Edição. Ed.Pontes, 2005.

GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. **Terra de Pretos**. Terra de Mulheres. Terra, mulher e raça num bairro rural negro. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10.ed. Trad. Tomaz T. da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005 [1987].

_____. A questão multicultural. In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. pp. 49-94.

ILARI, Rodolfo. **Introdução ao estudo do léxico** – Brincando com as palavras. São Paulo: Contexto, 2002.

LEITE, Ilka Boaventura et alli. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1996. pp. 37-53.

_____. **Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-150, maio de 1999.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O léxico: lista, rede ou cognição social? In: Sentido e significação. **Em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 263-284.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NOVAIS, Fernando et al. **História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Os remanescentes de quilombolas na região do Tocantins (PA): história, cultura, educação e lutas por melhores condições de vida. In: BRAGA, Maria Lúcia; SOUZA, Edileuza P. de; PINTO,

Ana F. M. (org.). **Dimensões da inclusão no Ensino Médio:** mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília: MEC, 2006.

QUEIROZ, D.M. **O ensino superior no Brasil e as ações afirmativas para negros.** Universidade & Sociedade, Brasília, DF, v. 12, n. 29, 2003.

RANCIÈRE, J. **Os Nomes da História.** Campinas, Pontes/ Educ, 1994.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas.** São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, Vera. **“De gente da Barragem” a “Quilombo da Anastácia”:** um estudo antropológico sobre o processo de etnogênese em uma comunidade quilombola no município de Viamão/RS. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

STRANGELOVE, M. **As muralhas estão caindo.** Rio de Janeiro: Internet World, 1995.

VILLALTA, Luiz Carlos. **História da vida privada no Brasil:** cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

VOGT, Carlos; FRY, Peter. **Cafundó: a África no Brasil.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.